

[Início](#) > [Forbes Money](#) > [Super Quarta: Consenso sobre Juros Desloca Atenção para os Comunicados](#)

Super Quarta: Consenso sobre Juros Desloca Atenção para os Comunicados

As decisões monetárias já parecem definidas dos dois lados. A dúvida que move os mercados agora é até onde bancos centrais estão dispostos a ir no combate à inflação



Luana Zanobia

16 de jun de 2026
Atualizado há 1 dia

🕒 9 min



Getty Images

Comitê de Política Monetária vai anunciar a taxa de juros nesta quarta-feira, 17

O mercado financeiro brasileiro amanheceu na segunda-feira diante de um aparente contrassenso. O **Boletim Focus** trouxe uma nova piora das projeções para inflação e juros. Ainda assim, investidores continuaram apostando que o **Banco Central** reduzirá a **Selic** nesta quarta-feira. A explicação para essa aparente incoerência não está em Brasília, mas a mais de 10 mil quilômetros dali, nas negociações que interromperam o conflito entre Estados Unidos e Irã e provocaram uma queda abrupta nos preços do petróleo.

Poucas vezes um evento geopolítico alterou tão rapidamente a percepção de risco dos mercados. Durante mais de três meses, a guerra no Oriente Médio funcionou como uma espécie de imposto invisível sobre a economia global. O temor de interrupções no **Estreito de Ormuz**, rota por onde passa cerca de um quinto do petróleo consumido no mundo, elevou os preços da energia, contaminou expectativas inflacionárias e reduziu a margem de manobra de bancos centrais que já enfrentavam dificuldades para concluir o combate à inflação.

O acordo anunciado no fim de semana não elimina todas essas preocupações. Mas reduziu significativamente o risco que mais inquietava investidores e autoridades monetárias: uma nova rodada de pressão inflacionária provocada pelo petróleo. É por isso que a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), marcada para esta quarta-feira, ocorre sob circunstâncias incomuns. De um lado, os indicadores domésticos continuam transmitindo cautela. De outro, o principal vetor de pressão externa perdeu força quase da noite para o dia.

O Focus divulgado nesta semana elevou de 13,5% para 13,75% a projeção para a Selic ao final de 2026. As estimativas para a inflação também voltaram a subir. O mercado agora espera um IPCA de 5,3% neste ano, acima do teto da meta de 4,5% estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Em condições normais, um quadro como esse seria suficiente para fortalecer apostas de interrupção do ciclo de cortes. Existe, porém, um detalhe importante: as projeções foram coletadas antes do anúncio do acordo entre Washington e Teerã. “O anúncio de domingo é o catalisador que o mercado vinha precificando há semanas”, afirma Ricardo Trevisan, economista e CEO da assessoria de investimentos Gravus Capital. Segundo ele, a queda de quase 5% do petróleo representa a retirada do prêmio de guerra incorporado aos preços desde o início do conflito. “Esse movimento tem efeito direto sobre a inflação esperada no Brasil.”

A reação foi imediata. O barril do Brent recuou para a faixa entre US\$ 82 e US\$ 83 após ter ultrapassado US\$ 100 durante os momentos de maior tensão. Mais importante do que o nível do preço foi a mensagem transmitida pelo mercado: o risco de uma ruptura na oferta global de petróleo deixou de ser o cenário central.

Segundo **Alex Agostini, economista-chefe da Austin Rating**, o mercado começa a aceitar que a convergência da inflação para a meta poderá exigir juros elevados por mais tempo do que se imaginava alguns meses atrás. “*Os serviços continuam bastante aquecidos e as expectativas de inflação voltaram a se deteriorar. O mercado passou a incorporar a percepção de que os juros precisarão permanecer elevados por mais tempo para garantir a convergência da inflação à meta*”, afirma.

Para Tony Volpon, ex-diretor de Política Monetária do Banco Central, a deterioração capturada pelo Focus já nasce parcialmente defasada. “O fechamento do Estreito de

Ormuz era o principal risco para as expectativas de inflação no mundo. Com a reabertura e a queda do petróleo, parte dessa pressão desaparece.”

A melhora do ambiente externo ajuda a explicar por que a expectativa predominante continua sendo de uma redução de 0,25 ponto percentual na Selic, de 14,50% para 14,25% ao ano. Mais do que isso: segundo economistas, o acordo entre Estados Unidos e Irã ajudou a preservar um corte que, até poucos dias atrás, já não parecia tão consensual.

Para Silvio Campos Neto, economista-chefe da Tendências Consultoria, a deterioração das expectativas mostrada pelo Focus não trouxe exatamente uma surpresa. Nas últimas semanas, a combinação entre inflação resistente, atividade econômica mais forte do que o esperado e petróleo em alta já vinha levando o mercado a revisar para cima suas projeções para o IPCA e para os juros. “O Focus apenas confirmou uma tendência que já vinha se consolidando. O que chama atenção é que, mesmo assim, as projeções continuam contemplando novos cortes de juros à frente, o que ainda pode ser considerado relativamente otimista diante dos sinais recentes”, afirma.

Na avaliação do economista, o acordo firmado no fim de semana alterou uma variável importante justamente quando o Banco Central se preparava para tomar sua decisão. “Antes do anúncio, existia um receio de que o Banco Central pudesse até optar por manter a Selic inalterada nesta reunião. Com a redução das tensões geopolíticas e a queda do petróleo, o corte de 0,25 ponto percentual se tornou uma decisão mais confortável”, diz.

O alívio, porém, está longe de representar uma solução para o problema inflacionário brasileiro.

Campos Neto observa que os preços dos alimentos continuam pressionados, as expectativas seguem desancoradas e a atividade econômica permanece mais resiliente do que o Banco Central gostaria de ver nesta fase do ciclo monetário. A isso se somam riscos climáticos associados ao El Niño e medidas de estímulo à demanda implementadas nos últimos meses em meio ao cenário eleitoral. “O acordo reduz uma fonte importante de incerteza, mas não resolve o conjunto do problema inflacionário”, afirma.

Essa distinção ajuda a entender o dilema enfrentado pelo Copom. O petróleo foi o fator que mais rapidamente mudou nas últimas semanas. Os demais elementos que preocupam o Banco Central continuam praticamente no mesmo lugar.

O IPCA de maio avançou 0,58%. Embora tenha desacelerado em relação ao mês anterior, a inflação acumulada em 12 meses alcançou 4,72%, ultrapassando novamente o teto da meta. Os alimentos responderam por praticamente metade da alta do índice no mês, evidenciando que as pressões sobre os preços continuam espalhadas pela economia.

Ao mesmo tempo, a atividade segue demonstrando uma resistência que desafia os modelos tradicionais de transmissão da política monetária. Mesmo com a Selic próxima dos maiores níveis das últimas duas décadas, as projeções para o crescimento do PIB

continuam sendo revisadas para cima. Parte dessa resiliência pode ser explicada pela ampliação dos programas de crédito, pelas iniciativas de renegociação de dívidas e por medidas de estímulo a setores específicos da economia. Na prática, a política monetária opera em um ambiente menos restritivo do que os juros sugerem.

Marco Saravalle, estrategista-chefe da gestora Krivo Capital, avalia que os dados mostram uma economia que começa a desacelerar, mas ainda sem intensidade suficiente para justificar uma postura mais agressiva do Banco Central. “O corte de 0,25 ponto percentual se tornou praticamente consensual após a melhora do ambiente externo, mas o principal evento será o comunicado do Banco Central”, afirma.

Mais do que a decisão desta quarta-feira, o mercado tenta descobrir o que virá depois dela. A expectativa predominante é que o Copom preserve flexibilidade e evite qualquer compromisso explícito com os próximos passos. Embora parte do mercado ainda projete uma nova redução em agosto, cresce a percepção de que o Banco Central poderá interromper o ciclo caso a inflação continue surpreendendo negativamente ou as expectativas permaneçam distantes da meta.

Mas o desafio enfrentado pelo Banco Central brasileiro não pode ser analisado isoladamente. Se o acordo entre Washington e Teerã alterou os cálculos do Copom, ele também mudou o debate dentro do Federal Reserve.

A expectativa de manutenção dos juros nos Estados Unidos supera 98%, segundo a ferramenta FedWatch. Como no caso brasileiro, porém, a atenção dos investidores estará concentrada menos na decisão e mais na comunicação da autoridade monetária.

A reunião marcará a estreia de Kevin Warsh no comando do Federal Reserve (Fed), substituindo Jerome Powell em um momento particularmente delicado para a economia americana. A inflação medida pelo índice PCE acelerou para 3,8% em abril, o maior patamar desde 2023, enquanto o mercado de trabalho continua demonstrando força e reduzindo a urgência de qualquer flexibilização monetária.

Antes do acordo entre Estados Unidos e Irã, havia o temor de que a alta do petróleo obrigasse o Fed a adotar um discurso ainda mais duro. A recente queda da commodity não elimina essa preocupação, mas reduz a probabilidade de uma mudança abrupta de tom. “Kevin Warsh assume o comando em um momento de deterioração do cenário inflacionário, o que tende a exigir uma postura mais cautelosa, ou até mais dura, na condução da política monetária”, afirma **Agostini**.

Para Campos Neto, o principal efeito do entendimento entre os dois países está justamente na comunicação dos bancos centrais. “Antes do acordo havia o risco de o Fed adotar um discurso mais duro diante do impacto potencial da alta do petróleo sobre a inflação americana. Com a melhora do ambiente externo, essa preocupação diminui e o tom pode se tornar mais neutro”, afirma.

A avaliação ganha importância porque as decisões do Fed continuam influenciando diretamente o ambiente financeiro brasileiro. Embora o diferencial de juros permaneça elevado mesmo com os cortes esperados da Selic, investidores já começam a olhar para além da política monetária.

A aproximação do ciclo eleitoral de 2026, as dúvidas sobre a trajetória fiscal e a continuidade dos estímulos à economia tendem a ocupar espaço crescente na formação das expectativas. Em outras palavras, o risco que sai do radar é geopolítico; os riscos que permanecem são essencialmente domésticos.

Nesse contexto, o acordo entre Estados Unidos e Irã oferece um raro alívio para os bancos centrais. Mas apenas um alívio. O choque externo que dominou os mercados nos últimos meses perdeu força. A tarefa de reconduzir a inflação à meta, porém, continua exatamente onde estava antes. A guerra pode ter deixado de ser a principal ameaça imediata. A inflação, não.

Tópicos

Banco Central

Copom

economia

Federal Reserve (Fed)

FORBES

ForbesMoney

Super Quarta

taxa de juros

taxa Selic